



Célio Azevedo

Heloísa Helena cobra recursos para reforma agrária

Senadora diz que pagamento de juros e manutenção do superávit fiscal impedem destinação de recursos aos programas sociais, em especial à reforma agrária. Heloísa homenageia movimentos que lutam por mudanças de forma pacífica e organizada, e critica governo por seguir a política econômica de Fernando Henrique

Página 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.738 - Brasília, segunda-feira, 14 de julho de 2003

Benefício por maternidade pode mudar

O Plenário do Senado deve votar amanhã projeto do Executivo que restabelece o pagamento pelas empresas do salário-maternidade. A proposta recebeu parecer favorável da CAS.

Página 3

Ministro do TCU fala sobre remessas ilegais

O ministro Adylson Motta, do Tribunal de Contas da União, comparece amanhã à CPI do Banestado. Vai expor detalhes do processo que apurou evasão de divisas com uso das contas CC-5.

Página 7

Valadares quer cerco à lavagem de dinheiro

Projeto de Antonio Carlos Valadares amplia o conceito de "crimes antecedentes" à lavagem de dinheiro, reduz a pena para quem colaborar com investigação e facilita a quebra de sigilo bancário.

Página 7

PREVIDÊNCIA

Paim, Iris e Serys apóiam negociação

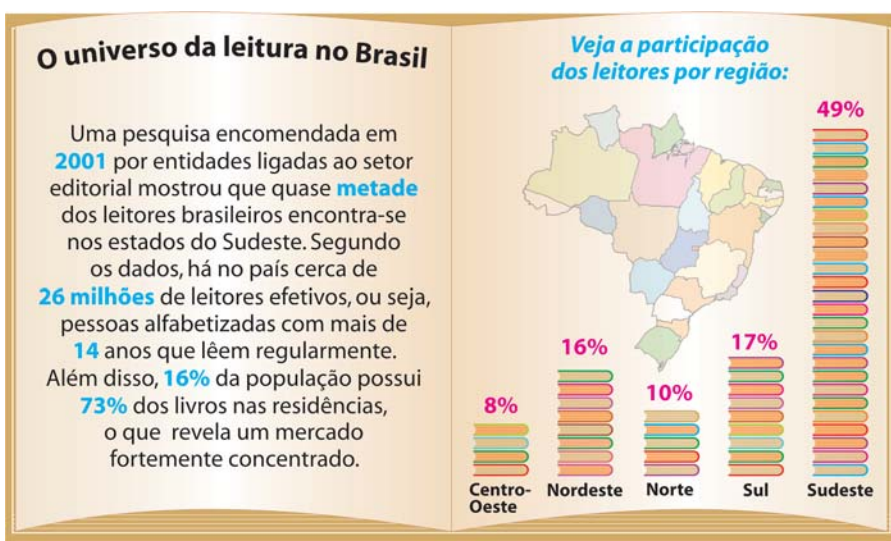
A perspectiva de negociar pontos da proposta de reforma da Previdência anima Paulo Paim, Iris de Araújo e Serys Slhessarenko. Enquanto Paim ressalta as prerrogativas do Congresso, Iris e Serys crêem que debate fortalece o país



Fotos: José Cruz

OTIMISMO Diálogo permitirá encontrar solução justa para os trabalhadores, no entender de Paulo Paim, Iris de Araújo e Serys Slhessarenko

Páginas 4 e 5



Comissão analisa proposta que facilita acesso ao livro

O projeto de José Sarney que institui a Política Nacional do Livro será examinado amanhã pela Comissão de Educação. Governos terão que destinar anualmente recursos para manutenção de bibliotecas e compra de livros, segundo a proposta.

Página 5

Waldemir Rodrigues



PREJUÍZO Cortes de verbas paralisam rede hidrométrica, diz Efraim Morais

Efraim cobra recursos para gestão de água

A suspensão de verbas governamentais, em dezembro de 2002, ameaça o funcionamento da Rede Básica Hidrometeorológica Nacional, conhecida também como Rede Hidrométrica, denunciou o senador Efraim Morais (PFL-PB). Ele considerou o fato "um grande equívoco que pode custar caro ao país", destacando que a rede é fundamental para a agricultura, para o abastecimento de água em residências e indústrias e está diretamente ligada ao planejamento da gestão energética.

Presente em todos os estados e no DF, a rede consiste em um conjunto de 4.841 estações que coordena a gestão de águas no país, produzindo relatórios diários sobre a qualidade e níveis das águas, previsão de cheias e chuvas e sobre o clima. Mas, desde maio, os serviços estão paralisados, pois a Agência Nacional de Águas, responsável pela gestão da rede, não conseguiu efetuar pagamentos, afirma Efraim.

Com base na Lei 8.001, de 1990, o senador defende o pagamento mensal para manutenção do sistema.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Plenário do Senado inicia trabalhos às 14h30

A sessão de hoje é destinada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos dos parlamentares. Amanhã, o Plenário vota projeto aprovado na última quinta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais, que restabelece o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade às empregadas gestantes.



Política Nacional do Livro em exame na CE

A Comissão de Educação reúne-se amanhã, às 10h, para votar projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui a Política Nacional do Livro. A proposta, que tem como objetivo estimular a produção, edição e

distribuição de livros, prevê medidas de incentivo como a atualização anual do acervo de bibliotecas públicas. O colegiado analisa ainda pedidos de renovações de concessões de rádios comunitárias.

Duas comissões mistas começam atividades amanhã

A comissão mista responsável pelo debate da reforma da Previdência reúne-se pela primeira vez amanhã. No início das atividades, o relator da

proposta na Câmara dos Deputados, José Pimentel (PT-CE), deve expor os principais pontos já discutidos naquela Casa. No mesmo dia, a comissão mista

que trata dos projetos, em tramitação no Congresso, que normatizam o porte de armas, também realiza sua primeira reunião de trabalho.

Debate sobre reformas tributária e previdenciária na TV Senado

A TV Senado apresenta hoje, às 13h, no programa *Cidadania*, debate sobre a reforma da Previdência, com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, Severino Ribeiro, e a



presidente da Associação Brasileira de Institutos de Previdência Estaduais e Municipais, Helena Susin. Às 20h30, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) - foto - fala sobre a reforma tributária.

Desempenho de empresas estatais

A Comissão Mista de Orçamento analisa, em reunião amanhã, às 14h30, relatório que mostra o desempenho das empresas estatais não financeiras, no que diz respeito ao cumprimento de metas dos orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e do Programa de Dispersões Globais. Além disso, a comissão examina se as instituições cumpriram meta de superávit primário estabelecida pelo governo ou se apresentaram justificativa para eventuais desvios.



Reunião da CCJ na quarta-feira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se na quarta-feira para votar projeto que dispõe sobre intimação de representantes judiciais dos estados. A matéria tem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

CPI do Banestado

Na reunião de amanhã da comissão parlamentar de inquérito do Congresso que investiga o caso Banestado, às 10h, será ouvido o ministro do Tribunal de Contas da União Adylson Martins Motta.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Jane de Araújo

PROPOSTA Empresa deve atuar na Chapada do Apodi, defende Fernando Bezerra

Bezerra quer a ampliação da Codevasf

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) apresentou projeto de lei que muda a razão social da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que passaria a chamar-se Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, do Parnaíba e da Chapada do Apodi, mantendo-se no entanto a mesma sigla, Codevasf. O projeto muda a Lei nº 6.088, de 1974, que criou a empresa.

Em outra alteração, o senador propõe que a sede da empresa se localize no DF, com a manutenção, em outras regiões do país, de órgãos de operação e representação. Em sua justificativa, o senador explica que a Chapada do Apodi, localizada entre os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará e com uma extensa bacia hidrográfica, a Apodi-Mossoró, precisa de investimentos e tecnologia para desenvolver-se.

Frutas tropicais

Fernando Bezerra destacou avanços obtidos na Bacia Hidrográfica do Apodi-Mossoró, nome dado ao curso inferior do Apodi, em Açu e Mossoró, onde modernas técnicas de irrigação transformaram a área em pólo de produção irrigada de frutas tropicais, que são exportadas para os Estados Unidos e a Europa.

- No entanto, na maior parte da Chapada do Apodi, ainda se pratica agricultura tradicional de sequeiro, que sofre com falta de água e com ataques de pragas, além de métodos de produção arcaicos - explica.

Segundo o senador, é necessário que o poder público atue de forma mais eficaz, e a Codevasf reúne instrumental para desenvolver a região. O projeto está nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Senado realiza campanha para funcionários



Rollemberg: meta é aumentar auto-estima

Uma campanha que começará em agosto deve esclarecer os funcionários do Senado sobre o que existe na instituição. A iniciativa é do presidente do Senado, José Sarney, e se destina principalmente aos novos servidores, que chegaram à Casa juntamente com os senadores eleitos recentemente. Muitos deles não conhecem a biblioteca, o arquivo ou o serviço de braile do Senado. O trabalho também faz parte da comemoração dos 180 anos do Poder Legislativo brasileiro.

Na campanha, serão lançados cartazes e inserções na TV e na Rádio Senado. Os cartazes explicam que "esta campanha é para você que trabalha e tem muito orgulho de fazer parte desta Casa". Vários servidores foram entrevistados para contar sua experiência. O trabalho está sendo realizado pelos funcionários da Secretaria de Comunicação Social.

O objetivo principal é aumentar a auto-estima dos funcionários e mostrar a importância dos que trabalham nos diversos setores – diz o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg.

– O objetivo principal é aumentar a auto-estima dos funcionários e mostrar a importância dos que trabalham nos diversos setores – diz o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg.

Zambiasi quer empregado com ação da empresa

Como forma de incentivar a participação do empregado na empresa e buscar mais equilíbrio na relação entre capital e trabalho, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propôs a criação do Programa de Participação do Funcionário no Capital da Empresa em que Trabalha (Parcafe). Tal integração se fará pela possibilidade de utilização de até 50% do seu saldo no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de ações da empresa em que é empregado.

O Parcafe tem como objetivos o estreitamento e melhoria das relações entre o funcionário e sua empresa; proporcionar um ambiente mais frater-

no de trabalho; melhorar o desempenho da empresa; possibilitar ao empregado a formação ou ampliação de seu patrimônio; e proporcionar uma renda adicional ao empregado quando se aposentar.

– Garantias de que o programa não se torne um grande engodo devem ser dadas para o caso de haver solução de continuidade no funcionamento da empresa – disse o senador.

Para motivar a participação dos empregados, as ações que adquirirem terão preferência no recebimento de dividendos. Como garantia de estabilidade, os papéis não poderão ser negociados nos dez primeiros anos de aquisição. Em contrapartida, se o funcionário tiver recebido, como ocorre com diretores, participação acionária expressiva por força de seu cargo, deverá vender sua posição se deixar a empresa, a menos

Comissão de Orçamento examina abertura de créditos

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) – foto –, reúne-se amanhã à tarde para votar 18 itens, inclusive requerimento do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) que pede uma subcomissão temporária para examinar o pacto federativo. O senador César Borges (PFL-BA) deu voto favorável a crédito de R\$ 4,08 milhões para a Justiça Eleitoral, outro

item da pauta. Também é favorável o relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) sobre crédito de R\$ 22,2 milhões para o Legislativo e o Judiciário. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defende a manutenção do corte de recursos para obra de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina (PI), na qual o Tribunal de Contas da União apontou "irregularidades graves".



Célio Azeredo

Pagamento de salário-maternidade pelas empresas será votado amanhã

■ Pauta prevê também deliberação sobre projeto que trata do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças

Na pauta da sessão deliberativa de amanhã está o projeto de lei do Poder Executivo que restabelece o pagamento, pelas empresas, do salário-maternidade devido às seguradas empregadas e trabalhadoras avulsas gestantes. Atualmente o pagamento é feito pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a matéria tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi relatada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

O outro item da pauta de amanhã é o projeto de lei da Câmara que trata do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. A proposição tem dois pareceres



José Cruz

BENEFÍCIO Plenário examina na sessão de amanhã projeto do Executivo que pode facilitar recebimento do salário-maternidade

favoráveis da Comissão de Assuntos Econômicos: um pela aprovação de uma emenda da comissão, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG); e outro, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), pela rejeição de quatro emendas apresentadas em Plenário.

Na quarta-feira, o Plenário vota projeto de resolução do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que restabelece a Resolução nº 8, de 2001. Esta autoriza o Banco do Nordeste a contratar crédito de US\$ 150 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

para o financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM). A matéria tem parecer favorável da CAE, de autoria da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

A pauta de quarta-feira ainda inclui, entre outros itens, dois projetos de resolução apresentados na CAE, resultantes de mensagens do governo federal. O primeiro, de autoria do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), autoriza o governo brasileiro a contratar junto ao Banco Mundial até US\$ 404 milhões para o Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público.

O segundo aprova o financiamento parcial do metrô de Fortaleza, por meio de empréstimo do Brasil junto ao Japan Bank for International Cooperation (Jbic). O contrato, de valor equivalente a US\$ 268 milhões, tem parecer favorável da CAE, de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA).



Rosevelt Pinheiro

EQUILÍBRIO Sérgio Zambiasi espera que proposta melhore relação entre capital e trabalho

que seja por aposentadoria.

Zambiasi sugere também que sejam usados, em parte, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ainda poderia encarregar-se da gestão do programa em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Alberto Silva apresenta plano a ministro

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) apresentou ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, dados sobre o Programa Casa-Escola, desenvolvido pelo próprio parlamentar, que dá assistência a crianças em idade pré-escolar. O programa oferece creche, lanche e educação para os menores de 7 anos, que, pela idade, estariam fora da rede oficial de ensino.

O Casa-Escola foi implantado em Teresina (PI) durante o governo de Alberto Silva e contou com a parceria das associações de bairros, que organizavam a cessão de residências por moradores. Professores do último ano do Instituto de Educação do estado, com treina-



Rosevelt Pinheiro

CASA-ESCOLA Alberto Silva implantou programa durante seu governo no Piauí

mento especial, lecionavam para as crianças da localidade pela manhã e à tarde. O estado também criou uma indústria para fornecimento de lanche.

Cristovam disse que iria estudar o projeto e, junto com o senador, indicar uma cidade para experiência-piloto.

PREVIDÊNCIA

A disposição do governo de abrir entendimentos sobre a reforma previdenciária foi saudada pelos senadores. Eles criticaram, em contrapartida, as restrições manifestadas por governadores



INTERFERÊNCIA Segundo Iris, há governadores que "se acreditam únicos e querem legislar"

Para Iris, diálogo representa uma vitória do Brasil

A disposição do governo de negociar alterações no texto original da reforma da Previdência não aponta para uma derrota da administração do presidente Lula, segundo avaliação da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

– Essas concessões significam uma vitória não do governo, dos servidores ou de determinado grupo político, mas do Brasil. Pois foi para isso que todos lutamos: para que as grandes decisões sobre o destino do país e dos brasileiros sejam apoiadas na negociação e no entendimento – ressaltou.

A atitude dos governadores contrários à aposentadoria integral do funcionalismo, inclusive para os futuros servidores públicos, uma das principais modificações em relação à proposta do Executivo, foi criticada por Iris e pelos senadores que a apartaram. "Derrota será se o governo recuar sob pressão dos governadores" afirmou Paulo Paim (PT-RS).

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que os governadores estão interferindo de tal forma nas decisões do Congresso que "lembram a figura nefasta dos senadores biônicos". Ele fez referência à reportagem do jornal *O Globo*, segundo a qual o governo aceitou flexibilizar a receita dos orçamentos estaduais, preservando os princípios constitucionais e os recursos destinados a saúde e educação nos municípios. Valadares criticou a medida.

Iris acompanhou as críticas aos governadores. "Alguns se revestem de tanto poder que se acreditam únicos e querem legislar", disse.

Decisão sobre reforma será do Congresso, afirma Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse sexta-feira, em Plenário, que o Congresso não vai abrir mão de suas prerrogativas constitucionais de deliberar sobre a reforma da Previdência e outras reformas propostas pelo governo federal. Ele criticou a posição manifestada por governadores que, segundo o senador, "não podem querer decidir sobre esse tema no lugar dos parlamentares".

– Os governadores devem governar e administrar os seus estados. A reforma da Previdência deve ser negociada com o Congresso, com a sociedade e também com os estados, mas ninguém pense que vai colocar cabresto no Legislativo – afirmou Paim, acrescentando sua satisfação com a decisão, anunciada pelo governo, de negociar a reforma.

O senador disse que está otimista com o futuro da reforma, em virtude da abertura de negociações por parte do Executivo. Para ele, a flexibilidade de



INICIATIVA Paim lembrou ter alertado, há bastante tempo, para a necessidade de mudar diversos pontos da proposta

negociação vai gerar um texto que atenda tanto aos trabalhadores da área pública quanto aos da área privada, devendo constar ainda, em sua opinião, regras claras de transição para os servidores que já contam tempo de serviço.

Paim lembrou que, em discurso proferido no dia 3 de junho, alertou para a necessidade de o governo alterar – como anunciado agora – diversos pontos da proposta de reforma

encaminhada ao Congresso, como o cálculo dos proventos e da idade mínima de aposentadoria dos funcionários públicos. Sugeriu ainda, no discurso, a realização de auditoria nas contas do sistema para confirmar se existe ou não déficit, no qual ele disse não acreditar, e recomendou também o combate à sonegação praticada contra a Previdência Social.

O senador gaúcho comunicou ainda que, mesmo que não seja indicado para compor, como membro efetivo, a comissão mista que tratará da reforma da Previdência, pretende participar ativamente dos trabalhos do colegiado, inclusive defendendo alternativas às propostas em curso no Congresso Nacional.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) concordou com as posições do senador Paulo Paim, afirmando que a reforma da Previdência que sairá do Congresso deverá ser "a reforma possível, mas será, com certeza, consensual entre o que pensa o governo, o Parlamento e a sociedade".

Serys aplaude abertura de negociações

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aplaudiu sexta-feira, em Plenário, a decisão do governo de abrir as negociações em torno das reformas, principalmente a previdenciária. Para ela, somente uma ampla e profunda discussão das matérias poderá fazer com que o país tenha alterações constitucionais sólidas e destinadas a colocá-lo no caminho da justiça social e do crescimento econômico.

– Agora estou entusiasmada em discutir as mudanças previdenciária e tributária e passo a acreditar que teremos reformas para valer, com o objetivo de mudar o Brasil – afirmou a senadora, para quem o governo está disposto a ouvir toda a sociedade.

Serys manifestou sua posição em relação à taxa de aposentados, dizendo que não consegue pensar "em aprovar uma reforma em que um inativo



PARA VALER Serys Slhessarenko diz acreditar na aprovação de reformas que mudem o Brasil

que ganha R\$1.059 tenha que voltar a pagar à Previdência", mas também não consegue imaginar "em votar a favor de que não se cobre daqueles que estão ganhando em torno de R\$ 20 mil, R\$ 40 mil". Por isso pregou a aprovação de um instrumento legal capaz de fixar um teto para os proventos.

O senador Paulo Paim (PT-



PREJUÍZOS Papaléo citou perdas a que o estado vem sendo submetido desde sua criação

Papaléo: Amapá não pode aceitar perda de receita

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) protestou contra a reforma previdenciária proposta pelo governo que se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Segundo ele, a taxa dos inativos fará com que os cofres dos estados e da União recebam dinheiro, mas o Amapá perderá receita.

– Não podemos permitir que o futuro do estado do Amapá fique comprometido com as perdas que vêm ocorrendo desde a sua criação, em 1988, ora com 38% do seu território em favor da União, com o surgimento do Parque Montanhas do Tumucumaque, ora com o fim dos subsídios por ter deixado de ser território federal, e agora com uma iminente redução de receita em face da taxa dos inativos – afirmou.

Para Papaléo, os servidores públicos têm razão ao protestar contra a reforma, pois são indispensáveis para o funcionamento da máquina administrativa. Ele lembrou que os servidores não têm Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sempre contribuíram para a Previdência com 11% do salário bruto, enquanto um trabalhador da iniciativa privada contribui com no máximo R\$ 170, independentemente do salário recebido.

– Nada de dizer que a Previdência é deficitária, pois o governo é o fiel depositário dos valores que deveriam existir nos cofres em favor dela e precisa explicar como se deu a construção de Brasília, da ponte Rio-Niterói, da Transamazônica, hoje abandonada, das usinas atômicas de Angra dos Reis e outras obras – concluiu.

PREVIDÊNCIA

Queda de arrecadação causa rombo, diz Guerra

O grande responsável pelo déficit nas contas previdenciárias, afirmou o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), não foi o reajuste do salário mínimo, como alega o Ministério da Previdência, mas sim a queda da receita, em função do crescimento do desemprego e da diminuição da renda dos trabalhadores. O senador citou texto publicado no *Estado de S. Paulo* que aponta um desequilíbrio nas contas de maio, resultado de uma arrecadação de R\$ 6 bilhões, bem inferior às despesas do mesmo período, de R\$ 7,8 bilhões.

O “grande vilão”, segundo o senador, foi a queda da receita: em maio deste ano, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) arrecadou R\$ 621,5 milhões a menos do que em maio de 2002. Ainda segundo a matéria publicada no jornal, citada pelo senador, essa situação se deve ao crescimento do desemprego entre os trabalhadores com carteira assinada e à diminuição da renda dos trabalhadores.

A matéria cita declaração do secretário da Previdência Social do Ministério da Previdência, Helmut Schwarzer, afirmando que o vilão das contas do INSS foi o salário mínimo, que aumentou 20%, passando de R\$ 200 para R\$ 240. Mas conclui que, apesar de 14 milhões de segurados receberem o benefício igual ao salário mínimo, o problema está na retração da economia.



FATORES Sérgio Guerra atribui queda da arrecadação ao desemprego e à diminuição da renda do trabalhador

Entre março e abril deste ano, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados pelo jornal e citados pelo senador, houve queda de 0,7% no número de empregados com carteira assinada e de 5,4% no número de empregadores, categorias que recolhem a contribuição previdenciária.

Ainda segundo a pesquisa, aumentou em 1% o número de empregados sem carteira assinada, que estão no chamado mercado informal e, portanto, não contribuem com o INSS. A renda real dos trabalhadores também declinou, em média, 14,7%, entre os meses de maio de 2002 e de 2003. Segundo a publicação, novas pressões nas contas previdenciárias surgirão neste mês, quando passará a ser pago o reajuste de 19,71% aos aposentados com vencimentos superiores ao salário mínimo.

Antero: governo sempre demonstrou intransigência

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitou a inserção nos Anais do Senado da reportagem “Governo rejeita negociação com servidores”, de Fernanda Nardelli, publicada pelo jornal *Correio Braziliense* no dia 17 de junho. A reportagem, disse o senador, mostra a intransigência do governo em relação às negociações sobre a proposta de reforma da Previdência.

A reportagem informava que,

enquanto o presidente Lula da Silva “se esquivava de tomar atitudes antipáticas”, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, “mostra a intransigência do Planalto”, pois teria “negado categoricamente” o pedido de entidades sindicais para a inclusão da reforma da Previdência nas discussões entre o governo e os funcionários públicos, na Mesa Nacional de Negociação Permanente, criada no dia 16 de junho.

Comissão examina projeto que amplia acesso ao livro

■ Poder público pode ser obrigado a prever em seus orçamentos a manutenção de biblioteca

A Comissão de Educação (CE) analisa na reunião de amanhã, às 10h, o projeto de lei que institui a Política Nacional do Livro, de autoria do presidente do Senado, José Sarney, que tem como relator o senador José Jorge (PFL-PE). Em conjunto, também será debatido projeto que dispõe sobre a utilização de livros didáticos no ensino fundamental médio. A proposta também tem como relator o senador José Jorge e o seu autor é o ex-senador Freitas Neto. O relator rejeitou a proposta de Freitas Neto e deu parecer favorável à proposta de Sarney, com cinco emendas.

A proposta do presidente do Senado dá destaque especial ao fortalecimento da atividade editorial. Entre as inovações trazidas está a determinação de que o governo deverá criar linhas de crédito específicas para editoras e distribuidoras. A União, os estados e os municípios terão que inserir, anualmente, créditos nos Orçamentos para a manutenção de bibliotecas públicas e a aquisição de livros. Além disso, o projeto define o papel de cada agente editorial, distinguindo o autor, editor, distribuidor e livreiro.

Ainda de acordo com o projeto, caberá ao poder público ampliar os programas de aces-



EFEITO Sarney vê na educação o caminho para superação das desigualdades sociais do país

so ao livro e incentivo à leitura. Sarney propõe, inclusive, a parceria entre o setor público e privado para o desenvolvimento dos programas e a introdução da leitura diária nas escolas. “Em plena era da sociedade da informação, o livro e leitura continuam a ser os principais instrumentos para a difusão da cultura e do saber”, justifica.

No projeto, Sarney quer o

cumprimento do artigo 215 da Constituição, pelo qual o Estado deve garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Por conta disso, a Política Nacional do Livro prevê até a isenção total de impostos de livros estrangeiros importados.

O senador espera elevar o consumo de livros pelos brasileiros – ainda pequeno, se comparado com outros países – e tornar o parque editorial brasileiro capaz de disputar mercados no exterior.

– Não há como vislumbrar a superação dos graves problemas de desigualdade social que afligem a população sem corretas e eficazes normas de revisão do processo de leitura, da implantação e da consolidação do hábito da leitura, e do necessário estímulo à edição, distribuição e consumo do livro – afirmou o senador na justificativa da proposta.

A CE também aprecia 101 projetos de decreto legislativo de concessões e permissões para emissoras de rádio e TV.

Produção ainda é pequena

Em 2002 o parque editorial brasileiro produziu **338,7 milhões** de exemplares de livros. Se levamos em conta a população brasileira, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de **176 milhões** de pessoas, a produção é inferior a **dois** livros por habitante. Na França é de sete por habitante e nos Estados Unidos, **11**.
Veja a produção de livros no Brasil:

Ano	Exemplares produzidos em milhões de unidades
1997	381,9
1998	369,2
1999	295,4
2000	329,5
2001	331,1
2002	338,7

Fonte: Câmara Brasileira do Livro



Proposta a Universidade do Delta do Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) informou na sexta-feira, em Plenário, a apresentação de projeto para transformar o Campus Avançado João Paulo dos Reis Velloso, em Parnaíba (PI), na Universidade Federal do Delta do Piauí. Atualmente o campus pertence à Universidade Federal do Piauí (UFPI). Segundo ele, a medida iria beneficiar cerca de um milhão de pessoas de 36 municípios (26 piauienses, sete



BENEFÍCIO Para Mão Santa, 36 municípios seriam favorecidos

maranhenses e três do Ceará).

O senador observou que a atividade universitária é fundamental para o equilíbrio regional e que desempenha papel importante para o desenvolvimento da Região Nordeste. No Piauí, destacou o senador, a universidade federal é responsável pelas atividades de pesquisa científica e tecnológica, cuidando também de programas de extensão universitária e da formação de professores e de mão-de-obra qualifi-

cada para a área pública e privada. Mão Santa também recomendou que o Congresso, ao tratar das reformas tributária e previdenciária, atente para os 180 anos de história da instituição. Citando frase de Ulysses Guimarães – “É no Congresso que escutamos a voz rouca das ruas” –, o senador disse que a experiência parlamentar credencia o Congresso a analisar e votar a lei mais justa para a população.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a necessidade de valorização e respeito aos Poderes constituídos, lembrando, em especial, o poder que o Legislativo possui de votar, em definitivo, as matérias e reformas de interesse da sociedade.



PERDAS Teotonio acha que mudanças de posturas trazem prejuízos econômicos ao país

Teotonio vê incoerência no governo do PT

Ao analisar o primeiro semestre do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) apontou a "sensação de incoerência" que esse período da gestão petista produz "no espírito de qualquer observador mais informado e atento da vida pública brasileira". O parlamentar tucano se referiu às mudanças de "posturas e atitudes" observadas entre os partidários do presidente, situação que teria como divisor de águas a eleição de 2002, quando o PT deixou de ser oposição para se tornar governo.

Ressalvada a existência dos dissidentes, como a senadora Heloísa Helena (PT-AL), "que têm a elogiável coragem de ser coerentes, e penam por isso", Teotonio lembrou que o problema real que essa situação evidencia são "os custos econômicos e sociais embutidos nesse vaivém".

O senador citou artigo do ex-secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda Cláudio Considera, que atribui ao bloqueio do PT às reformas propostas pelo governo passado a origem das dificuldades econômicas vividas hoje pelo país.

– O economista calcula em R\$ 701.762.100 a perda total no Produto Interno Bruto ao longo desses últimos anos, causada pela não-realização das reformas previdenciária, tributária e das leis trabalhistas.

Sibá Machado diz que Lula tem visão estratégica

■ Para o senador do PT, desempenho do presidente surpreende até mesmo alguns membros do partido

O senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou em Plenário, na sexta-feira, que o presidente Lula está mostrando, no início de seu mandato, uma visão estratégica que vem surpreendendo até mesmo integrantes de seu partido.

– Eu mesmo, por exemplo, fiquei com medo, questionando se iríamos dar conta do recado, mas, ao final dos primeiros meses, o presidente Lula mostrou que está preparado para os desafios do país – disse.

A política de fortalecimento do Mercosul e de aproximação com os países andinos, na sua opinião, mostra "visão de futuro" do presidente da Repú-



PRIORIDADES Sibá explica que governo elaborou reformas e agora investe na produção

ca. Para Sibá, só se unindo os sul-americanos terão condições de enfrentar os grandes blocos econômicos que surgiram nos últimos anos na Europa e na América do Norte. Ao mesmo tempo, observou, a política do governo busca aumentar o comércio com a Rússia, a

China e a África do Sul.

Produção

A estratégia do governo, segundo Sibá, foi primeiro fazer "o dever de casa", que são as reformas tributária e previdenciária. O segundo passo já está sendo dado, com uma reformulação dos planos de apoio à infra-estrutura de produção, incluindo as áreas energética, de transportes e de abastecimento. Ao lado disso, lembrou, o governo executará a reforma agrária.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que se preocupa muito com as relações de trabalho dentro dos grandes blocos econômicos e deu todo apoio à idéia do presidente Lula de fortalecer o Mercosul.

Sibá Machado informou, por fim, que integrará missão de senadores à Alemanha, para conhecer os avanços na área de energias alternativas, em especial a biomassa.



DECEPÇÃO Pavan afirma que esquerda européia esperava criação de modelo alternativo

Brasil preocupa jornal francês, informa Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu a transcrição nos Anais do Senado de notícia do jornal *O Globo*, que reproduz parte de reportagem do diário francês *Le Monde* sobre os primeiros meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme o *Le Monde*, militantes mundiais da esquerda não admitem ainda abertamente decepção com o governo Lula, "mas o nível de insatisfação é crescente".

O jornal francês, citado por Pavan, pergunta: "Um outro Brasil é mesmo possível?" Em três páginas, a publicação afirma que Lula se elegeu com a bandeira de criar um modelo alternativo e ainda suscita esperanças dentro e fora do país, "mas há muitos preocupados porque ele ainda não mostrou esse modelo".

Acrescenta o jornal que a política econômica ortodoxa do presidente, que arrancou elogios "do mercado e do Fundo Monetário Internacional", está decepcionando alguns dos representantes das organizações internacionais antiglobalização.

O senador Pavan pediu ainda a transcrição nos Anais de entrevista concedida pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), à revista *Brasília em Dia*, em que Virgílio diz que acabou "a fase de lua-de-mel" de seu partido com o governo e critica a paralisia econômica a que chegou o país.

Antero critica rumos da política econômica

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticou o governo por não ter adotado, nesses seis primeiros meses, medidas necessárias para alcançar o crescimento econômico, a geração de empregos e os investimentos prometidos durante a campanha eleitoral.

Ele citou editorial da *Folha de S. Paulo* que defende a necessidade de o sistema financeiro nacional oferecer crédito a taxas adequadas a empresas e consumidores, para dinamizar a economia do país.

O senador concordou com o jornal, que considera "inaceitável" o nível de *spread* praticado atualmente pelos bancos – a diferença entre as taxas pelas quais os bancos captam dinheiro e aquelas que eles cobram nas linhas de crédito. "Também aqui, nada mudou e



a margem líquida dos bancos brasileiros está em patamares de 35%, contra 4,1% nos Estados Unidos", diz o editorial mencionado pelo senador.

Antero Paes de Barros citou ainda relatório do Fundo Mo-

netário Internacional (FMI) afirmando que o sistema financeiro brasileiro empresta pouco para empresas porque encontra oportunidades mais seguras e rentáveis investindo em títulos do governo.

Arthur Virgílio duvida do "espetáculo do crescimento"

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse duvidar do cumprimento da promessa do governo de iniciar, em julho, um "espetáculo do crescimento" para o país. Altas taxas de juros, desemprego, baixo desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e queda da renda *per capita* seriam as evidências apontadas por ele

contra a promessa do governo. – No mínimo, está faltando implementar a infra-estrutura sobre a qual deve trilhar o tão decantado, e necessário, crescimento econômico – observou o parlamentar, acrescentando que o presidente poderia ter sido mais comedido sem precisar deixar de lado o otimismo.

Citando estudos do professor Celso Funchia Lemme, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Virgílio advertiu para as altas taxas de juros, que, superando os 17%, impossibilitariam o crescimento, e ressaltou a importância de o governo recorrer a tais estudos antes de emitir seus pronunciamentos.

Valendo-se de artigo do jornalista Joelmir Betting, o senador apontou como outros obstáculos ao crescimento "a perda de 14,2% na renda e de 12,8% no emprego" e afirmou que o PIB, com um desempenho de 1,5%, é outro índice que coloca em xeque as palavras do presidente.



Célio Azevedo

Ministro do TCU fala sobre evasão de divisas

Parlamentares da CPI do Banestado ouvem depoimento de Adylson Motta a partir das 10h de amanhã

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a evasão de divisas do país, entre 1996 e 2002, por meio das contas CC-5 ouve amanhã, a partir das 10h, exposição do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Martins Motta. O ministro vai falar sobre o processo TC-928358/98, do qual foi relator, que exami-

nou a documentação relativa a transferências bancárias do gênero operadas por agências do Banco do Brasil, Banestado, Banco Araucária, Bemge e Banco Real em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Segundo o relatório de auditoria, que já foi objeto de acórdão do TCU, o então diretor da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco, deveria ser responsabilizado por irregularidades ocorridas nesses procedimentos. Teria sido durante sua gestão no cargo, em abril de 1996, que o BC baixou circular autorizando o transporte de moeda brasileira por carros-forte de Foz do Iguaçu

para Ciudad del Este, no Paraguai, via Ponte da Amizade.

O chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do Banco Central, José Maria Ferreira de Carvalho, explicou à CPI detalhes desse tipo de operação. Pela circular então vigente, as agências dos cinco bancos em Foz do Iguaçu poderiam receber depósitos e efetuar saques em reais, liberados aos correntistas para compras no Paraguai. Essa norma também permitia aos comerciantes mandar de volta os recursos ao Brasil para depósito naquelas agências bancárias.

A ausência de controle rígido por parte das autoridades bra-

sileiras no trânsito desses valores teria propiciado desvios na remessa desses recursos ao exterior. Alegando falta de condições físicas e de segurança para examinar o numerário no posto fiscal da Ponte da Amizade, a Receita apenas carimbava a guia apresentada pela transportadora.

O requerimento solicitando a vinda do ministro do TCU foi encaminhado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPI do Banestado, em conjunto com os deputados federais Rodrigo Maia (PFL-RJ) e José Mentor (PT-SP), vice-presidente e relator do colegiado.



PROCESSO Adylson Motta examinou documentos sobre remessas de Foz do Iguaçu

Valadares propõe rigor para lavagem de dinheiro

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei que aprimora a legislação vigente contra o crime de lavagem de dinheiro e inclui a contravenção, o tráfico de seres humanos, o lenocínio e o crime contra a ordem tributária como fontes de dinheiro ilegal que é "lavado" em operações aparentemente legais. A atual legislação, datada de 1998, relaciona, entre as fontes ilegais, apenas as obtidas com tráfico de drogas, terrorismo, contrabando e seqüestro, além dos crimes cometidos contra o sistema financeiro nacional e os praticados por organização criminosa.

– O jogo do bicho, por exemplo, uma das maiores chagas da criminalidade nacional, é amplamente usado para lavar dinheiro obtido em outros crimes e não é previsto na lei como infração antecedente – explica o senador na justificativa do projeto de lei.

Desse modo, explica Valadares, "se um bicheiro institui proventos do jogo no sistema financeiro para ocultar ou dissimular a origem, não estará praticando crime nenhum, por maior que seja o montante".

O senador também defende que os crimes contra a ordem tributária não podem ser excluídos de uma legislação contra lavagem de dinheiro.

– Só a sonegação na área da Previdência está em torno de 40%. Isso, em 2002, significou cerca de R\$ 28 bilhões – diz. Ele inclui ainda o lenocínio, que seria o terceiro crime mais lucrativo no mundo, depois do tráfico de drogas e do contrabando de armas.

No projeto, o senador prevê a redução da pena para o criminoso que colaborar nas investigações, a chamada "delação premiada". Nesse caso, o criminoso que ajudar nas investigações terá redução de um a dois terços da pena, além do



PRÊMIO Valadares sugere redução de pena para criminoso que ajudar nas investigações

regime aberto, a critério do juiz.

Pelo projeto, o promotor terá também que pedir, fundamentadamente, o bloqueio do dinheiro sujo. Se não o fizer, terá que justificar ao juiz, sob pena de ser substituído no processo. A quebra do sigilo bancário será concedida pelo juiz para toda a operação de investigação. Novas quebras, portanto, não precisarão de autorização judicial – apenas a comunicação ao juiz. O projeto está nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Simon cobra prioridade para luta anticorrupção

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um balanço de cinco textos que elaborou ao longo dos anos 90, incluídos nos Anais do Senado, e chegou à conclusão de que o Brasil pouco avançou nos últimos dez anos no campo social e nada fez para combater uma das maiores pragas do país: a corrupção. Segundo ele, a corrupção é a fonte original de muitas das mazelas brasileiras, como as filas dos hospitais públicos, o desemprego, a fome e a miséria.

Simon disse que o combate sem tréguas à corrupção deve ser uma das prioridades de qualquer governo, e lamentou a extinção, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, logo no 19º dia de seu primeiro mandato, da Comissão Especial de Investigação (CEI), criada pelo então presidente Itamar Franco por sugestão de seu líder no Senado, o próprio Pedro Simon. O senador citou estudo que fez sobre o financiamento de campanhas eleitorais no país, um dos principais focos de corrupção.

– Uma campanha eleitoral é um negócio pautado por contratos informais e que chegam a movimentar cifras das mais significativas, a ponto de já se tornar hábito relacioná-las, percentualmente, com o Produto Interno Bruto – disse.

O senador elaborou uma gênese da corrupção, que segundo ele aparece já no capítulo II da Bíblia Sagrada.

– A corrupção é o grito de dor



CONSEQÜÊNCIAS Para Simon, corrupção gera filas nos hospitais, fome e miséria

nas filas dos hospitais, é a escuridão do analfabetismo, é o desemprego, a fome, a miséria – afirmou, defendendo a recriação da CEI.

Simon citou entrevista do empreiteiro Murilo Mendes, da Construtora Mendes Júnior, à revista *IstoÉ*, de 14 de dezembro de 1996, em que o empresário afirma que as propinas podem chegar a até 20% do faturamento das empresas.

O senador citou a morte suspeita do tesoureiro de campanha de Fernando Collor, Paulo César Farias; identificou o fenômeno de que não existe o cidadão para o poder público, apenas "o doente" para os setores de saúde, "o analfabeto" para os órgãos da educação, "o desempregado" para o Ministério do Trabalho e suas secretarias e assim por diante; e ainda cobrou aperfeiçoamentos na legislação, além de ler os cinco textos sobre o tema que produziu ao longo dos anos 90.

Projeto amplia conceito dos "crimes antecedentes"

O projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares amplia a definição dos chamados "crimes antecedentes", ou seja, aqueles que precedem a lavagem de dinheiro. Atualmente, a lavagem só pode ser caracterizada no Brasil se houver uma das sete violações antecedentes previstas na Lei 9.613, como o narcotráfico e a corrupção. Assim, delitos como o tráfico de seres humanos, ainda que gerem recursos ilícitos que serão posteriormente

"legalizados", não podem ser incluídos entre os de lavagem de dinheiro. O projeto do senador Valadares tenta preencher essa lacuna.

A Lei 9.613 segue a legislação de países como Alemanha, Espanha e Portugal, em que a lavagem só é caracterizada se houver um crime antecedente especificado. Outros países, como França, Itália, México, Suíça e Estados Unidos, optaram por conectar a lavagem de dinheiro a todo e qualquer ilícito precedente.

O aumento do número de delitos precedentes foi, inclusive, sugerido pelo presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Marcos Caramuru, como forma de aumentar o controle sobre atividades suspeitas no país. Ele esteve no Senado na última quinta-feira, depondo na comissão parlamentar de inquérito que apura a evasão de divisas por meio das agências do Banestado em Foz do Iguaçu (PR) e Nova York (EUA).

Lúcia Vânia protesta contra invasões do MST

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva providências destinadas a coibir as constantes invasões de propriedades pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo ela, a onda de invasão está causando tensão no campo e agravando ainda mais a já conturbada questão agrária. Na oportunidade, Lúcia Vânia solicitou a transcrição nos Anais da Casa de matérias publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*

relatando a ação do MST nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. A senadora observou que as invasões estão gerando um clima de guerra contra o movimento. Lúcia Vânia se mostrou preocupada com a invasão de uma

fazenda em Rio Bonito do Iguazu (PR) por cerca de mil integrantes do MST, uma vez que o governo paranaense já anunciou a sua disposição de reintegração de posse. Ela disse temer a ocorrência de conflitos na região.

Márcia Kallume



FREIO Lúcia Vânia pede providências para coibir excessos dos sem-terra



Roosevelt Pinheiro

EXEMPLO Romero Jucá destaca papel desempenhado pelo Senar e congêneres

Jucá elogia qualificação da mão-de-obra

Ao destacar o "relevante papel" do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) na formação técnica e profissional da mão-de-obra rural, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que instituições que formam o "Sistema S" devem ser incentivadas e prestigiadas.

— O Senar e seus irmãos da indústria e do comércio representam iniciativas já consolidadas por longo tempo, e cujo sucesso, ao lado dos inegáveis e expressivos benefícios prestados às comunidades a que devem atender, confirmam, de forma inequívoca, a força, a criatividade e a pujança de nossa sociedade.

De acordo com Romero Jucá, o Senar tem como missão o desenvolvimento da formação profissional rural e de atividades de promoção social voltadas para o homem do campo, produzindo ações que incentivam a permanência do cidadão no campo.

Somente em 2002, o Senar realizou cursos para mais de 20 mil turmas, atingindo a marca de 365 mil pessoas treinadas, números que representam aumento de 17% em relação a 2001. Quanto à promoção social das comunidades rurais, mais de 4 mil grupos foram organizados para esse fim, alcançando 116 mil participantes, afirmou.

Heloísa cobra dinheiro para a reforma agrária

■ Senadora atribui a falta de verba ao pagamento de juros e à manutenção do superávit fiscal

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou, em discurso na sexta-feira, o atual governo por seguir, a seu ver, a mesma política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a destinação de muito dinheiro para pagamento de juros e manutenção de superávit fiscal. Ela observou que, assim, não sobram recursos para os programas sociais, em especial para a reforma agrária.

Heloísa lembrou que o PT havia se comprometido a assentar 150 mil famílias neste primeiro ano, meta que, assinou, foi diminuída para 70 mil. No entanto, o dinheiro que o governo tem em caixa destinado à reforma agrária mal dá



José Cruz

CONTINUIDADE Heloísa Helena diz que governo segue política econômica de FHC

para atender 10 mil famílias, salientou.

Heloísa homenageou, em seu pronunciamento, os movimentos que lutam pela reforma agrária no Brasil de forma pacífica e organizada. Afirmou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) está certo quando diz que o Judiciário não pode ser instrumento a ser usado contra movimentos sociais que lutam

Valdir Raupp quer estímulo para a pecuária

O desempenho da pecuária nacional, que conquistou o primeiro lugar no mercado mundial dos exportadores de carne, foi comemorado, em discurso no Plenário, pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Nos últimos 12 meses, disse, o Brasil conseguiu exportar 1,5 milhão de toneladas de carne, ultrapassando a Austrália.

O senador por Rondônia, um dos estados produtores de carne bovina, voltou a cobrar, entretanto, maior atenção do governo federal para o setor pecuário.

Valdir Raupp afirmou que, embora a pecuária brasileira esteja crescendo e possa crescer ainda mais, o setor registrou perda de renda no trimestre



Roosevelt Pinheiro

DESPROPORÇÃO Raupp lembra que custo da produção cresceu, enquanto caiu preço da carne

passado, pois os custos aumentaram em 7%, enquanto o preço caiu em igual proporção. O alerta, disse o senador, é do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte, da Confederação da Agricultura e

pela inclusão social.

Ela reconheceu haver problemas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas argumentou que problemas existem em todos os setores, nas mais diferentes organizações do Brasil, inclusive no Parlamento.

A senadora destacou que o mapa da reforma agrária no Brasil vem seguindo a trilha das invasões de terra. Onde não houve ocupação, observou, também não ocorreu assentamento de famílias. Esse fato, segundo disse, se deveu à falta de vontade política dos governos anteriores. "Tomara que seja diferente no governo Lula."

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) assinalou que, quando governador, executou uma reforma agrária eficiente que chegou a influenciar, beneficemente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas sobre o Brasil.

Pecuária do Brasil (CNA).

Raupp destacou que, segundo dados do coordenador do fórum, a baixa remuneração do setor acabará desestimulando a produção nacional. O senador lembrou que autoridades do Ministério da Agricultura, durante reunião com representantes do setor, informaram que os países importadores, especialmente os europeus, não abrem mão do controle rigoroso sobre a carne que adquirem, exigindo somente aquelas de animais rastreados eletronicamente por satélites.

— São fomentos dessa natureza, decorrentes de demandas sofisticadas e caras, que a pecuária nacional espera do governo federal — afirmou.

Proposta de Demostenes ajuda cerrado

Proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) tem por objetivo criar condições para garantir a preservação do cerrado e da caatinga. A proposta inclui os dois ecossistemas entre os considerados como patrimônio nacional, ao lado da Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e zona costeira.

O senador ressalta que, apesar de o cerrado ocupar um quarto do território nacional e apresentar elevada diversidade biológica tanto na flora quanto na fauna, "não chega a 1% a parcela da área de cerrado ocupada por unidades de uso indireto", como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. Segundo Demostenes, praticamente inexistem unidades de uso direto, como florestas nacionais e reservas extrativistas, e a ocupação agrícola acelerada nessa região tem provocado graves problemas ambientais, como as "enormes voçorocas".

A situação da caatinga é ainda pior que a do cerrado, na avaliação de Demostenes. Com cerca de 850 mil quilômetros quadrados no semi-árido nordestino, a caatinga constitui, "talvez, o bioma brasileiro mais severamente devastado pela ação do homem", afirmou.



Célio Azevedo

PRESERVAÇÃO Demostenes Torres quer tornar o cerrado patrimônio nacional

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Mão Santa e Antonio Carlos Valadares